

Eletrabras se reestrutura para voltar a dar lucro

POLITO, Rodrigo; MAIA, Camila. *"Eletrabras se reestrutura para voltar a dar lucro"*. *Valor Econômico*. São Paulo, 8 de setembro de 2016.

A Eletrabras pretende divulgar, no início de novembro, o novo plano de negócios para os próximos cinco anos. O objetivo, segundo o presidente da companhia, Wilson Ferreira Jr, é que o documento seja aprovado pelo conselho de administração na última semana de outubro.

"A ideia é que a gente submeta o processo de planejamento plurianual na nossa reunião de outubro do conselho de administração. Ao divulgar os resultados [do terceiro trimestre] em novembro, já teríamos as diretrizes do que a gente espera fazer ao longo do mandato, nos próximos anos", afirmou o executivo ao Valor, em sua primeira entrevista exclusiva, desde que assumiu o cargo, no fim de julho.

Durante a conversa, realizada no escritório da companhia, no centro do Rio, Ferreira contou as linhas gerais do plano plurianual, que será baseado em privatização e venda de ativos; redução de custos, inclusive de pessoal; aumento da eficiência e produtividade da companhia; e racionalização de investimentos.

"O nosso orçamento em curso ainda não reconheceu talvez esse ritmo de decréscimo da economia nos últimos dois anos. Temos algum tipo de ajuste a fazer", disse o executivo. O plano atual (2015-2019) prevê investimentos de R\$ 50,3 bilhões.

Segundo Ferreira, o plano estará de acordo com o novo perfil que ele pretende dar à empresa, baseado em três pilares: melhoria da governança corporativa, aumento da eficiência e gestão da dívida.

No novo plano, a Eletrabras vai buscar uma meta de redução de nível de endividamento, hoje de oito vezes a dívida líquida sobre o Ebitda. Sem querer cravar um número, o executivo explicou que o objetivo é alcançar um valor abaixo da média das empresas de geração e transmissão de energia, de quatro vezes.

Para atingir o alvo, a elétrica pretende atuar firme nas questões de governança e compliance. Nessa linha, Ferreira disse que já está colhendo alguns frutos, como um alinhamento maior entre a holding e as grandes subsidiárias (Furnas, Eletronorte, Eletrosul e Chesf), das quais ele passou a presidir os respectivos conselhos de administração.

"Nós somos um grupo econômico com várias empresas que são controladas. A razão de ser da nossa existência [da holding] é planejar e controlar efetivamente. Elas não são chamadas de controladas à toa. Elas devem ser controladas", ressaltou o executivo, que assumiu o desafio de reorganizar a Eletrabras depois de ter comandado por 18 anos a CPFL Energia, uma das elétricas mais destacadas do país.

Ferreira também ressaltou o alinhamento da nova gestão com o Ministério de Minas

e Energia (MME). Segundo ele, as novas diretrizes da companhia foram propostas pelo ministro Fernando Coelho Filho. "Ele nos cobra muito, mas nos apoia também."

Nesse sentido, a Eletrobras só voltará a investir em projetos de geração e transmissão de energia que ofereçam taxas competitivas e geração de valor aos acionistas. "Não queremos ser uma empresa que acaba sendo, por práticas não competitivas ou não realistas, alguém que distorce o preço do mercado", disse Ferreira, lembrando das chamadas taxas "patrióticas" de retorno que a estatal por muito tempo foi acusada de aceitar em novos projetos.

Segundo Ferreira, a Eletrobras tem obrigação de dar retornos aos seus acionistas. Ele afirmou que, no passado, a estatal investiu em linhas de transmissão com taxas de retorno muito baixas, e hoje tem problemas por conta disso.

Após R\$ 30 bilhões de prejuízo nos últimos quatro anos e com um lucro de R\$ 12,7 bilhões no segundo trimestre, devido ao efeito contábil do recebimento das indenizações que ocorrerá a partir de 2017, Ferreira admitiu que a empresa ainda vive uma crise econômica e financeira.

Para reduzir o endividamento e fazer caixa, a companhia avalia a possibilidade de se desfazer de participações em algumas sociedades de propósito específico (SPEs) de geração e transmissão de energia. Segundo Ferreira, porém, o assunto ainda está em estudo pela empresa, que possui 179 SPEs.

"No momento, estamos fazendo uma avaliação da necessidade de desmobilização de algum tipo de ativo para além das privatizações [das distribuidoras]", disse. Segundo ele, "possivelmente, sim" há necessidade de se desfazer de alguns desses ativos, sem revelar quais.

A ideia, de acordo com o engenheiro, é que a estatal esteja preparada para, caso os sócios controladores de algumas SPEs coloquem o respectivo ativo à venda, a empresa possa exercer sua posição de preferência para seguir o controlador. "Temos que estar preparados para ter uma posição. Para avaliar, se o controlador decidir vender, se vamos acompanhar ou não."

Ele não quis citar nomes, mas um dos casos em questão é o da hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira (RO). O Valor apurou que Odebrecht, Cemig e Andrade Gutierrez negociam vender o controle da SPE responsável pela usina, de 3.568 megawatts (MW). Furnas, sócia no empreendimento, tem o direito de "tag along", que obriga o comprador a estender aos demais acionistas minoritários a mesma oferta feita aos controladores.

O presidente da Eletrobras, contudo, explicou que nem todos os acordos de acionistas referentes às SPEs incluem essa cláusula que permite à estatal acompanhar os controladores na negociação de venda. Ferreira também contou que, até o momento, não foi procurado por nenhum comprador interessado em algumas das SPEs. Ele, no entanto, disse saber que alguns casos já estão em negociação pelos controladores.

Com relação à Celg Distribuição (Celg D), da qual a Eletrobras possui 51% junto com o governo de Goiás (49%), o executivo mantém a previsão de realizar a privatização da empresa ainda este ano, possivelmente a partir de um preço inicial menor do que o incluído para o primeiro leilão, previsto para agosto e que não ocorreu por falta de interesse.

"Eu ainda acredito fortemente que faremos essa privatização neste ano. Estou muito otimista", afirmou. Ele destacou ainda que, diferentemente de outras distribuidoras situadas em áreas já consolidadas, a Celg D está localizada no centro do país, sob influência do agronegócio e que possui taxas de crescimento "excepcionais".

Ferreira também explicou que a empresa não contava com os recursos da privatização da Celg D para este ano, mesmo antes do adiamento do leilão. "Nunca contamos com o dinheiro neste ano. O caixa [entrada de recursos da venda da Celg D] sempre foi previsto para o ano que vem".

A elétrica continua trabalhando nas investigações internas sobre indícios de corrupção em contratos de projetos da companhia, para buscar o aval da KPMG para os balanços de 2014 e 2015 e entregar os relatórios 20 F à Securities and Exchange Commission (SEC). A empresa também deve apresentar em 13 de outubro sua defesa com relação ao processo de deslistagem dos recibos de ações (ADRs) na Bolsa de Nova York (Nyse).

Distribuidoras serão 'saneadas' antes de privatização

POLITO, Rodrigo; MAIA, Camila. *"Distribuidoras serão 'saneadas' antes de privatização"*. Valor Econômico. São Paulo, 8 de setembro de 2016.

A Eletrobras tem pressa para "sanear" as distribuidoras de energia do grupo antes de serem privatizadas. A ideia é aproximar a situação operacional das empresas aos parâmetros regulatórios que são remunerados via tarifa, para que os valores capturados com a venda sejam maiores, de acordo com Wilson Ferreira Jr, presidente da estatal.

Segundo Ferreira, os custos e investimentos necessários para as operações das distribuidoras do grupo são significativamente maiores que a base de ativos regulatórios, o que agrava os desequilíbrios. "Todas as bases de ativos terão que ser saneadas. Existem aquelas empresas homologadas pela agência reguladora [Aneel] para fazer o levantamento pormenorizado da base de ativos. Já vamos contratar essas empresas para todas elas", disse Ferreira.

Segundo ele, "provavelmente em agosto", todas as seis distribuidoras do grupo terão uma revisão tarifária extraordinária (RTE) antes mesmo da privatização. Esse processo, fundamental para a atratividade de compradores, deverá reconhecer a base de ativos que será utilizada pelo novo ano, e quais os custos reais e os custos regulatórios.

"Se eu tiver êxito no saneamento da base de ativos regulatórios, terei custos reais mais próximos dos regulatórios", explicou Ferreira. Além disso, os indicadores de qualidade no serviço e as metas de indicadores de perdas comerciais poderão ficar mais próximas do que é factível para as empresas.

A expectativa da Eletrobras é que a Aneel estabeleça parâmetros de alavancagem para as distribuidoras "compatíveis com os padrões de referência" do setor.

Para isso, pode ser necessário que a Eletrobras faça uma capitalização de dívidas de algumas das distribuidoras com a holding, como foi feito no passado, com a Companhia de Energia do Maranhão (Cemar), por exemplo. "Não adiantava ter uma dívida contra a Cemar lá atrás, ninguém compraria", lembrou Ferreira. Por isso, a Eletrobras converteu a dívida em uma participação acionária na companhia, hoje controlada pela Equatorial.

A Eletrobras também trabalha em outras medidas para garantir que as distribuidoras sejam atrativas no processo de privatização. É o caso, por exemplo, da cisão da

Amazonas Energia, de modo a separar as operações da Amazonas Distribuição e da Amazonas Geração e Transmissão (Amazonas GT).

"A Amazonas GT vai ficar com a parte de geração, inclusive com a termelétrica de Mauá, e transmissão", disse Ferreira. Segundo ele, é um sério problema quando se confunde os papéis de geração e distribuição dentro da Amazonas Energia. "O caixa meio que não tem dono, precisamos organizar", disse.

Os problemáticos contratos de compra de combustíveis e gás para geração de energia com a Petrobras e a BR Distribuidora, dessa forma, ficarão com a Amazonas GT, que permanecerá na Eletrobras, talvez incorporada à Eletronorte. Em relação à dívida de aproximadamente R\$ 5,5 bilhões que as distribuidoras têm com a petroleira, referente à inadimplência nos pagamentos desse fornecimento de combustíveis, Ferreira disse estar em negociações ainda.

A maior parte da dívida, acumulada entre dezembro de 2014 e esse ano, diz respeito à Amazonas Energia especificamente, mas as outras distribuidoras do grupo também têm passivos. "Estamos avaliando ainda como equacionar, até porque essas empresas precisam ter capacidade de operar depois do processo de privatização", disse Ferreira.

Desde o início de agosto, a Eletrobras devolveu as concessões da Amazonas Energia e das outras cinco distribuidoras do grupo: Cepisa (Piauí), Ceal (Alagoas), Eletroacre, Ceron (Rondônia) e Boa Vista Energia (Roraima).

Até o processo de privatização, que deve ser concluído até o fim de 2017, a Eletrobras seguirá operando as empresas, mas sem realizar novos investimentos. "Teremos que ter um controle efficientíssimo para impedir que elas acumulem novas dívidas", disse. "Nosso compromisso com as companhias é saneá-las e valorizá-las para o processo de privatização", completou.

Outro problema urgente é a inadimplência das distribuidoras com os contratos de compra de energia. Algumas distribuidoras do grupo estão deixando de pagar geradores pela energia comprada em leilões, além de não cumprirem suas obrigações nas operações de compra de energia intermediadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). "Teremos que fazer alguma coisa tempestivamente", disse Ferreira. Segundo ele, uma solução para esse problema pode sair até a próxima semana.